



Proc.: 002391-12.00/15-0

Contrato
09/2015fl./rub.:
54 R

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EM GERAL N.º 09/2015**

Contrato celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP/RS**, sita na Rua Voluntários da Pátria n.º 1358 – Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o n.º 87.958.583/0001-46, e representada neste ato pelo seu Diretor-Geral, o senhor **ALCIOMAR GOERSCH**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – DMLU**, sita na Avenida Azenha, n.º 631 – Bairro Azenha, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o n.º **88.017.272/0001-45**, representado neste ato por Gustavo de Souza Fontana, Supervisor Administrativo Financeiro, inscrito no CPF sob o n.º 002.221.180-24, doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo n.º 002391-12.00/15-0, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, e pelas condições previstas neste contrato, na Dispensa de Licitação, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos especiais comuns, classes I e II – NBR 10.004/04 da ABNT, em quantidade de 5m³ (cinco metros cúbicos) que será recolhido, por 03 (três) vezes na semana, na Rua Voluntários da Pátria n.º 1358 – Porto Alegre/RS, ficando a cargo da contratada fornecer 01 (um) container de 5m³ (cinco metros cúbicos), bem como disponibilizar e utilizar veículo apropriado para a referida coleta, consistente em caminhão compactador, com basculação mecânica dos containers.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. À CONTRATADA caberá:

2.1.1. A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, na forma especificada no processo administrativo 002391-12.00/15-0, na Dispensa de Licitação n.º 08/2015 e nos Anexos I e II deste contrato, na proposta comercial da contratada e demais cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço mensal estimado para o presente ajuste é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), estando neste valor incluso: **a)** locação de 01 (um)



Proc.: 002391-12.00/15-0

Contrato
09/2015fl./rub.:
552**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

container de 5m³, no valor mensal de fixo de R\$ 115,52 (cento e quinze reais e cinquenta e dois centavos), **b)** 03 (três) remoção semanais deste container de 5m³ no valor de R\$ 136,57 (cento e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos) por cada remoção, visto, podendo variar o número destas remoções ao mês, mas com um mínimo de 12 (doze) ao mês e **c)** tarifa de disposição final de resíduos, cujo valor é variável, visto que cobrado por tonelada, no valor de R\$ 113,00 (cento e treze reais) a tonelada. Sendo que a média mensal atual da Secretaria da Segurança Pública – SSP/RS gira em torno de 10 toneladas – itens “b” e “c” calculados pela tabela de preços do Anexo II.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

U.O.: 12.01 e 12.60

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.3984

Nota de Empenho n.º: 15005487970

Projeto/Atividade: 6376 e 8018

Recurso: 0001 e 8008

Data: 16/12/2015

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1. Os preços do presente contrato serão reajustados da seguinte forma:

5.1.1. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos de acordo com Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados podendo ser pleiteados somente após 12 meses de interregno.

5.1.2. Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.1.3. Os valores para a repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados no módulo Contratos de Serviços de Terceiros – CST, do sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE (denominação alterada pela IN TE n.º 01/2012), de acordo com o Decreto n.º 44.365, de 23 de março de 2006.

5.1.4. A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

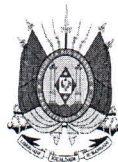
5.1.5. É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, em até 30 (tinta) dias da data da protocolização da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, discriminada atestada pelo contratante.

6.2. O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o pagamento se o fornecimento do(s) bem(s), ou a documentação apresentada estiver em desacordo com o previsto no processo administrativo em questão, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste contrato.

6.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta comercial, acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.



Proc.: 002391-12.00/15-0

Contrato
09/2015fl./rub.:
50 R**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

6.4. A contratada não poderá protocolizar a nota fiscal ou nota fiscal fatura antes do recebimento do objeto por parte da contratante.

6.5. O pagamento relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês será efetuado proporcionalmente ao número de dias contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.

6.6. O pagamento será efetuado por serviço, efetivamente prestado e aceito.

6.7. É condição para o pagamento da nota fiscal/fatura, a apresentação de prova de regularidade com o FGTS e com o INSS devidamente atualizados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Vencido o prazo de que trata o subitem anterior, sem que tenha ocorrido o pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente, entre a data prevista e a efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro rata die" do IGP-M.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

8.1. Os serviços terão início a partir da assinatura do contrato e serão executados de acordo com a proposta comercial da contratada e as cláusulas deste instrumento.

8.2. A autorização somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

8.3. O prazo de duração do contrato será de 12 meses a contar da data da assinatura deste contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe o Art. 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 e legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto na cláusula primeira e a proposta comercial da contratada e nas cláusulas deste instrumento, observada a legislação em vigor, serão recebidos pelo CONTRATANTE, mediante atestado do responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Dos Direitos

10.1.1. do **CONTRATANTE**: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

10.1.2. da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

10.2. Das Obrigações

10.2.1. do **CONTRATANTE**:

a) efetuar o pagamento ajustado;

b) fiscalizar a execução deste contrato, e

c) dar a **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.



Proc.: 002391-12.00/15-0	
Contrato 09/2015	fl./rub.: 572

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

10.2.2. da CONTRATADA:

- a) prestar o serviço de acordo com as especificações e a proposta comercial apresentada e as cláusulas deste instrumento;
- b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;
- f) apresentar durante a execução do contrato se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação em especial encargos sociais, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais;
- g) responder, diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e legislação social, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- i) a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, e comerciais, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- j) permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;
- k) cumprir integralmente as exigências constantes no contrato e a proposta comercial da contratada e as cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Este contrato poderá ser rescindido de acordo com Art. 79, da Lei Federal n.º 8.666/93:

12.1.1. por ato unilateral da Administração, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;

12.1.2. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo no processo administrativo em epígrafe, desde que haja conveniência para a Administração; e, judicialmente, nos termos da legislação.



Proc.: 002391-12.00/15-0

Contrato
09/2015

fl./rub.:
582

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

12.2. A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As seguintes sanções poderão ser aplicadas ao contratado sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Estadual:

13.1.1. advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja incorrido, a critério da CONTRATANTE, mediante justificativa;

13.1.2. penalidade de multa, que será aplicada nos seguintes casos e proporções:

13.1.2.1. de 10 % pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

13.1.2.2. de 10 % nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado; e

13.1.2.3. de 0,5 % por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a conclusão do serviço até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

13.1.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos da legislação vigente;

13.1.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do §2º, art. 8º, do Decreto Estadual n.º 42.250/2003 e Lei Estadual n.º 11.389/1999;

13.2. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, garantida a defesa prévia e o contraditório;

13.3. Das penalidades de que tratam os subitens "14.1.1" a "14.1.4" cabe recurso ou pedido de representação, conforme o caso;

13.4. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

13.5. As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pela CONTRATANTE, mediante comprovante de recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação, podendo a CONTRATANTE descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente;

13.6. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EFICÁCIA

14.1. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.



Proc.: 002391-12.00/15-0

Contrato
09/2015

fl./rub.:
592

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

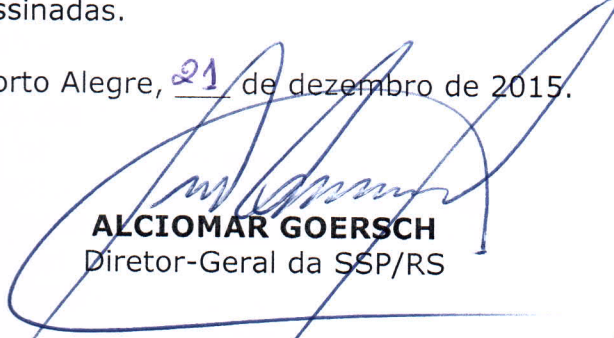
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


15.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

15.2. É considerada parte integrante deste contrato a dispensa de licitação que lhe deu origem e a proposta comercial da contratada.

15.3. E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em três vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Porto Alegre, 21 de dezembro de 2015.

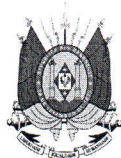

ALCIOMAR GOERSCH
Diretor-Geral da SSP/RS


GUSTAVO DE SOUZA FONTANA
Departamento Municipal
de Limpeza Urbana - DMLU

Testemunhas:

1) _____
Nome/CPF

2) _____
Nome/CPF

Lisângela Maria de Souza
Assistente Administrativo
Matrícula 439827
DF - Arrecadação

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA****ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****1 – INTRODUÇÃO**

A Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul – SSP/RS, Órgão Central, pretende contratar, com base na Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, e demais normas legais e regulamentares pertinentes, pessoa jurídica para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos especiais comuns a serem executados na sede da SSP/RS – Rua Voluntários da Pátria n.º 1358 – Porto Alegre/RS.

2 – OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos especiais comuns, classes I e II – NBR 10.004/04 da ABNT, em quantidade de até 5m³ (cinco metros cúbicos) por retirada, os quais serão recolhidos na Rua Voluntários da Pátria n.º 1358 – Porto Alegre/RS, utilizar veículo apropriado para coleta, caminhão compactador, com basculação mecânica dos containers.

2.1. Os resíduos descritos serão retirados nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, devendo ser encaminhados à pertinente unidade de destino final, observando-se a sua classificação e tipologia sendo ela um aterro sanitário ou um transbordo; A Empresa Contratada deverá apresentar um contrato com o local de destino final, devendo apresentar mensal atestado e certificado do destino dos resíduos sólidos e especiais comum.

2.2. Para a coleta de resíduos sólidos, tais como: calça, bem como sobras de demolição, etc., cuja retirada não seja efetuada da forma acima referida, a Contratada deverá disponibilizar (02) dois containers estacionário/caçamba com capacidade mínima de 5m³. A presente coleta se refere exclusivamente a resíduos resultantes de manutenções rotineiras do complexo predial, e se limitará no máximo 02(duas) coletas da caçamba de 5m³ (cinco metros cúbicos) de madeiras e 02(duas) coletas para calça ao mês.

2.3. A Contratada deverá fornecer, em comodato, containers de 5m³(cinco metros cúbicos), com tampa e dreno, em boas condições de uso, devendo os mesmos serem mantidos em bom estado de conservação, de armazenamento e manuseio. A Comodatária se obriga, ao final do contrato, a restituí-los nas mesmas condições recebidas, à exceção dos desgastes normais de uso. Caso haja necessidade de substituição dos bens cedidos em regime de comodato, seja por deterioração natural do uso ou dano decorrente de caso fortuito, a Comodante deverá providenciá-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.4. Caso recaia em feriado os dias da semana estipulados para a coleta, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, sem prejuízo dos demais dias estipulados;

2.5. No caso de haver excedente na quantidade especificada (cinco metros cúbicos), este será cobrado em caráter de coleta extra, o qual não poderá ultrapassar o valor de uma coleta diária.

3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

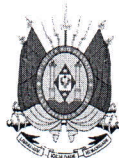
Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:



Proc.: 002391-12.00/15-0	
Contrato 09/2015	fl./rub.: 612

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

- 3.1.** Prestar os serviços na forma ajustada de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 3.2.** Responsabilizar-se pela coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos, sendo os mesmos encaminhados aos aterros sanitários operados nos parâmetros determinados pela legislação vigente;
- 3.3.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos de proteção individual adequados;
- 3.4.** Manter durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 3.5.** Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada no (CREA), em até 05 (cinco) dias a contar do início da execução dos serviços;
- 3.6.** Apresentar durante a execução dos serviços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais;
- 3.7.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 3.8.** Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução dos serviços, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 3.9.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução dos serviços;
- 3.10.** A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado;
- 3.11.** Permitir à Contratante a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;
- 3.12.** Prestar os serviços discriminados, nos dias e horários estabelecidos pela contratante, utilizando-se da melhor técnica para sua execução;
- 3.13.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;
- 3.14.** Responsabilizar-se pela indenização imediata de danos eventualmente causados nas instalações da Secretaria da Segurança Pública, bem como pelo mobiliário, máquinas e todos os demais equipamentos e pertences, ainda que involuntários praticados por seus empregados;
- 3.15.** As partes, de comum acordo, ajustarão os locais onde deverão ser realizados os recolhimentos, observando-se o menor tempo de coleta, menor dispêndio físico do pessoal que executará a tarefa e as melhores condições de acesso ao veículo coletor, ficando estabelecido desde já que a racionalização dos serviços poderá determinar a modificação do sistema de recolhimento dos resíduos, desde que haja prévio entendimento entre as partes;



Proc.: 002391-12.00/15-0	
Contrato 09/2015	fl./rub.: 62 p

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

- 3.16.** Prestar os serviços contratados, mesmo quando em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;
- 3.17.** Apresentar as equipes devidamente uniformizadas e identificar os seus profissionais através de crachás contendo foto recente, nome e função e exigir seu uso em local visível. A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual a seus empregados;
- 3.18.** Em qualquer circunstância, os resíduos deverão ser acondicionados de acordo com as normas do Código Municipal de Limpeza Urbana, normas e Leis vigentes;
- 3.19.** Apresentar licenciamento da FEPAM, para coleta, transporte e tratamento dos resíduos sólidos especiais comuns, classe II, sendo que a Licença da FEPAM deverá estar em nome do licitante vencedor;
- 3.20.** Apresentar licenciamento da FEPAM para o serviço de destino final, porém se o mesmo for de responsabilidade de outra empresa, o licitante vencedor deverá apresentar cópia do Contrato entre as partes, bem como Licenciamento Ambiental da FEPAM para a outra empresa;
- 3.21.** O licitante vencedor deverá apresentar o registro na entidade profissional competente, bem como dos profissionais técnicos da empresa, responsáveis pelos serviços a serem prestados;
- 3.22.** Acatar as exigências da fiscalização da SSP quanto à execução dos serviços, providenciando a imediata correção das deficiências verificadas pela SSP quanto à execução dos serviços contratados.

4 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal n.º 8.666/93, são obrigações da Contratante:

- 4.1.** Proporcionar todas as facilidades à Contratada para o bom andamento dos serviços;
- 4.2.** Prestar aos funcionários da Contratada as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados e indicar os locais onde deverá ser feita a coleta;
- 4.3.** Acompanhar, conferir e fiscalizar a execução dos serviços objeto da contratação;
- 4.4.** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 4.5.** Analisar e atestar os documentos apresentados pela Contratada, quando da cobrança pelos serviços prestados em até cinco dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. A nova contagem dos prazos para análise, aceite e pagamento, recomeçará quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos;
- 4.6.** Efetuar os pagamentos devidos.

Obs.: As partes, de comum acordo, ajustarão os locais onde deverão ser realizados os recolhimentos, observando-se o menor tempo de coleta, menor dispêndio físico do pessoal que executará a tarefa e as melhores condições de acesso ao veículo coletor, ficando estabelecido desde já que a racionalização dos serviços poderá determinar a modificação do sistema de recolhimento dos resíduos, desde que haja prévio entendimento entre as partes.



Proc.: 002391-12.00/15-0

Contrato
09/2015fl./rub.:
63 f

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

5 – PENALIDADES

5.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, observando a gravidade das faltas cometidas, as sanções previstas na minuta de contrato anexa a este Termo de Referência.

5.2. O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal ou do crédito existente na SSP em relação à Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

5.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6 – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, após o recebimento e ateste da Nota Fiscal/Fatura.

7 – DA VIGÊNCIA

7.1. A prestação dos serviços constantes do presente Termo de Referência é de natureza continuada, razão pela qual o Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

8 – DA ESTIMATIVA

8.1. O preço mensal estimado para o presente ajuste é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos), estando neste valor está incluso: **a)** locação do container de 5m³ no valor mensal de fixo de R\$ 115,52 (cento e quinze reais e cinquenta e dois centavos), **b)** remoção de container de 5m³ de valor variável, visto ser cobrado por remoção, sendo necessárias de 13 a 15 remoções mensais e **c)** tarifa de disposição final de resíduos, de valor variável, sendo cobrado por tonelada, sendo que a média mensal atual da Secretaria da Segurança Pública gira em torno de 10 toneladas - itens b e c calculados pela tabela de preços do Anexo II, perfazendo o valor total global para 12 meses de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

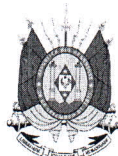
9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas com a execução da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: U.O.: 12.01 e 12.60 Projeto/Atividade: 6376 e 8018, Recurso: 0001 e 8008.

10 – DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Por ocasião da implantação do contrato, a empresa deverá apresentar na Divisão de Serviços Gerais/SSP, sito na Rua Voluntários da Pátria, n.º 1358, 8º andar, ala sul, Porto Alegre/RS, a relação completa dos empregados que serão alocados na prestação de serviços, acompanhada da seguinte documentação (cópia autenticada):

a) Contratos Individuais de Trabalho, Ficha Registro de Empregado e Carteira de Trabalho assinada;



Proc.: **002391-12.00/15-0**

Contrato
09/2015

fl./rub.:
64 R

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

b) Alvará de folha corrida de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da SSP.

10.1.1. Os documentos acima deverão ser apresentados antes do início das atividades de cada funcionário na unidade.

10.2. Sempre que um funcionário novo for encaminhado para execução de serviços, deverá portar carta de apresentação, a ser entregue ao fiscal do contrato no Posto.

10.3. A carta de apresentação deve ser emitida em papel timbrado da empresa, contendo o nome completo do funcionário, n.º Cédula de Identidade, dias da semana e horários que serão executadas as atividades e o nome do(a) ascensorista que estará substituindo no caso faltas, licenças ou férias.

10.4. A não apresentação dos documentos acima acarretará o impedimento da prestação do serviço relativo ao funcionário cuja documentação não foi apresentada, sendo descontadas do valor mensal do serviço as horas não trabalhadas, não excluindo a aplicação das penalidades cabíveis. Nesse caso o funcionário será convidado a procurar a contratada para que esta possa sanar o impedimento.

10.5. A empresa deverá manter toda a documentação funcional dos (as) ascensoristas atualizada junto à Divisão de Serviços Gerais/SSP.

11. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Os interessados poderão obter maiores informações sobre a prestação de serviços junto à Divisão de Serviços Gerais/SSP, Rua Voluntários da Pátria, n.º 1358, 8º andar, ala sul – Porto Alegre, RS, telefone (51) 3288.1964.



Proc.: 002391-12.00/15-0	
Contrato 09/2015	fl./rub.: 052

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

ANEXO II – TABELA DE PREÇOS

Tabela 1: Preços dos serviços de coleta especial de resíduos sólidos

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
Locação de contêiner com capacidade de 5 m ³	unidade	R\$ 115,52
Remoção de contêiner com capacidade de 5 m ³	remoção	R\$ 136,57
Locação de contêiner com capacidade de 26 m ³	unidade	R\$ 462,58
Remoção de contêiner com capacidade de 26 m ³	remoção	R\$ 223,82
Tarifa de disposição final de resíduos sólidos	tonelada	R\$ 113,52

Discriminação dos Serviços: locação, remoção, transporte e descarga de contêineres com capacidade de 5 m³ (cinco metros cúbicos), e 26 m³ (vinte e seis metros cúbicos) no Município de Porto Alegre.

Base de cálculo: Custos dos serviços em 01 de Junho de 2015